



## Cenários futuros para o Brasil

Benício Schmidt\*

Com o país atravessando crise econômico-financeira sem igual, com o governo paralisado em suas decisões devido ao compartilhamento de postos de comando entre partidários da enorme “base aliada”, com o déficit das contas públicas avançando para 7% do PIB, com a desindustrialização crescente, com a balança comercial negativa depois de muitos anos, surgem algumas indagações sobre como será o futuro próximo da sociedade brasileira.

Uma coisa é certa, o desemprego, cuja taxa oficial é de cerca de 8%, excluindo enorme massa de “nem nem” (nem escola, nem emprego), vai crescer nos próximos meses, por diversas razões. O investimento privado enfrenta taxas de juros de 13,5% ao ano e o Estado tem investido muito aquém dos 24% do PIB como desejado para 2016. Os cortes orçamentários, especialmente em educação e saúde, são desafios às autoridades, fazendo imperar na Esplanada dos Ministérios o mantra “*fazer mais com o mesmo*”.

Evidentemente, é plenamente notável que esta paralisia advinda da absorção de “políticas de ajuste”, verdadeiro choque fiscal, combinada com guerrilhas político-partidárias em função de projetos pontuais e que vão muito além do demandado pelas medidas de acerto do caixa federal, não prenunciam um futuro com a estabilidade necessária para tomadas de decisão a mais longo prazo, tendo em vista a conquista de um desenvolvimento econômico e social sustentável.

Situações como esta, em países desenvolvidos, incluindo a China, provoca estudos de cenários, levando-se em conta variáveis estratégicas como a participação no comércio internacional, alianças político-militares, maior protagonismo político internacional e o desenho de programas de políticas públicas que sirvam de alternativa às consequências do processo em marcha, que não traz bons agouros.

Sabemos que o desinvestimento industrial afeta a dependência de produtos e equipamentos estrangeiros, pois a demanda socialmente estabelecida não pode sofrer interrupções, nem cortes abruptos, sob pena de colapso no sistema em geral. Com isto, aumenta a dependência do exterior, com o conseqüente aumento dos custos (remessa de lucros, direitos de patente etc.). De outro lado, retomar o crescimento industrial depende- hoje mais do que nunca de um grau de competitividade tecnológica – que o Brasil não tem implementado, com raras exceções, como é o caso da produção de sondas para exploração de petróleo e gás



em águas profundas, montagem de aviões pela EMBRAER e produção de máquinas e implementos agrícolas. Estes inclusive, itens de importância crucial em nossa pauta de exportações aos Estados Unidos.

O avanço tecnológico, dada a competitividade internacional, depende muito de novas alianças estratégicas com os possuidores de *know how* e patentes em vários ramos da produção, fundamentais à possibilidade de um salto em nosso crescimento econômico. Para isto, o Brasil teria de ser transformado em uma verdadeira *Plataforma de Produção Multinacional*, com os ganhos de escala correspondentes. Mas, para isto, deveríamos ter uma educação técnica e universitária adequada, principalmente no campo das engenharias em geral.

Os gargalos para esta arrancada estão evidentes, nas próprias declarações do Ministro de Educação, diante dos cortes orçamentários que afetam tanto os investimentos em centros tecnológicos nas universidades federais, como o PRONATEC, hoje praticamente paralisado.

Diante disto, e tendo como referência a longa crise atravessada pelos países europeus, como Itália, Espanha e Portugal, por exemplo, seria necessário traçar cenários onde novas formas de organização do trabalho possam absorver o relativo “excedente” de mão de obra urbano-industrial gerado pelas mudanças tecnológicas poupadoras de trabalho direto e pelo próprio mau desenvolvimento de nosso parque fabril. Não há porque esperar que a avassaladora crise inunde as cidades de desempregados e desamparados da proteção social estatal.

Na Argentina, por exemplo, desde a crise de 2001, diante do fechamento de fábricas, os movimentos sindicais têm retomado massas falidas das empresas, organizado cooperativas de produção e retornado ao mercado de bens e serviços, com relativo êxito e experiências que merecem apreciação. Os vícios argentinos têm sido os mesmos apresentados pelo Brasil: enorme dependência de multinacionais, que podem repentinamente paralisar a produção local ou mesmo abandonar o país e um grau altíssimo de oligopolização da economia (poucos produtores diante do mercado). Os oligopólios prejudicam a competitividade, especialmente de pequenas e médias empresas; daí o alto grau de “mortalidade” destas unidades de produção, tanto na Argentina como no Brasil. Daí a necessidade do desenho de cenários futuros e a preparação dos agentes sociais fundamentais, como os sindicatos e Centrais Sindicais para enfrentar estas transformações inexoráveis.

Um exemplo da aludida “retomada” de planos de desenvolvimento vem com o anunciado *Plano de Investimentos em Logística* pelo Governo Dilma. Na verdade, trata-se de reapresentação de amplo projeto já apresentado em 2007; cuja



implantação não se deu, basicamente pela disputa interna sobre como funcionariam as concessões de obras e serviços de infra-estrutura. Graças à crise fiscal atual, agora concessões serão feitas ao capital privado, que deverá entrar com cerca de R\$ 80 bilhões, em um total de R\$ 198 bilhões requeridos pelo Plano. Todavia, mesmo os mais simples projetos de engenharia ainda não saíram do papel. A realização disto, portanto, levará muitos anos, enquanto a crise não pede licença para relaxar.

Por que não traçar os cenários mais imediatos, para propostas mais exequíveis?

\*colaborador do IAEUGT